

O MÉTODO: CIÊNCIA, HISTORIOGRAFIA-LINGUÍSTICA E PROPOSTAS DECOLONIAIS

Danillo Macedo Lima Batista¹

Resumo: Neste artigo, pretendo discutir duas concepções de propostas metodológicas na pesquisa científica: uma estruturalista, outra decolonial. Para citar Juan Carlos Gimeno Martín e Angeles Castaño Madroñal: “Como diria o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos: o conhecimento do mundo não se esgota no conhecimento ocidental do mundo” (2014, p. 267). Citação de um artigo redigido por meio desta colaboração entre autores diferentes, nesta construção de texto que nasce de uma das propostas metodológicas decoloniais, que já germinavam nos movimentos antissistema de séculos anteriores, que é justamente esta porta aberta para o diálogo, recebendo conflitos não como agentes de segregação ou desorientação, mas como possibilidade de criação de caminhos que não poderiam ser notados individualmente.

Palavras-chave: metodologia científica; historiografia-linguística; decolonialidade.

THE METHOD: SCIENCE, LINGUISTIC-HISTORIOGRAPHY AND DECOLONIAL PROPOSALS

Abstract: In this article, I intend to discuss two conceptions of methodological proposals in scientific research: one structuralist, the other decolonial. To quote Juan Carlos Gimeno Martín and Angeles Castaño Madroñal: “Como diria o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos: o conhecimento do mundo não se esgota no conhecimento ocidental do mundo” (2014, p. 267). Quote of an article written through this collaboration between different authors, in this construction of text that is born from one of the decolonial methodological proposals, which were already germinating in the antisystem movements of previous centuries, which is precisely this open door for dialogue, receiving conflicts not as agents of segregation or disorientation, but as a possibility of creating paths that could not be noticed individually.

Key-words: scientific methodology; linguistic historiography; decoloniality.

¹ Concluiu as licenciaturas em Língua Espanhola e Portuguesa no ano de 2011 pela Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Educação como professor de todos os níveis de ensino, na qual atualmente atua, com ênfase em Língua Portuguesa e Língua Espanhola. Concluiu o Mestrado em Letras e Linguística no ano de 2015 pela mesma universidade. Título da dissertação: A recepção do projeto épico de Goyania. Área de Concentração: Estudos Literários. É aluno regular do curso de Doutorado em Letras e Linguística, desde março de 2018, também pela Universidade Federal de Goiás, cuja pesquisa pertence à Área de concentração: Estudos Linguísticos. Título do projeto: Historiografia-Linguística da cultura indigenista de Goiás

1. Apresentação

Proponho uma reflexão crítica de duas propostas metodológicas: uma estruturalista, com base em um texto do professor Sebastião Elias Milani, *Historiografia-Linguística de Ferdinand de Saussure* (2011), sobre Saussure e suas fontes linguísticas, e outra decolonial, a partir de três textos base: Julia Suárez-Krabbe, *En la Realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales* (2011), Alejandro Haber, *Nometodología Payanesa* (2011), e Juan Carlos Gimeno Martín em coautoria com Angeles Castaño Madroñal, *Antropologia comprometida, Antropologia de orientação pública e descolonialidade: desafios etnográficos e descolonização das metodologias* (2016).

Comento e comparo propostas metodológicas para a pesquisa científica, seja na determinação das condições acadêmicas do sujeito para a efetiva delimitação do objeto, seja nos mecanismos a serem utilizados durante o processo de realização da pesquisa pretendida. Meu objetivo é, portanto, elucidar posturas científicas diferentes que se esforcem por, igualmente, encontrarem, com excelência, as melhores respostas a inquietações do espírito crítico, muito embora, aberto à convicção de que, as “melhores respostas” podem surgir na forma de “novas perguntas”.

As metodologias em questão, pois, ora se contrapõem, ora dialogam entre si: aquela de origem estruturalista, que precisa de um objeto claro para se constituir, de forma linear, e esta, de origem intercultural, que sugere uma caminhada acadêmica que não exija a determinação de um único sujeito ou de um objeto que fosse irrefutável, a qual também propõe que caminhos metodológicos sejam propostos dentro do processo da pesquisa, ou seja, para um conhecimento “construído”, mais que um conhecimento apenas “instituído”. Ambas são igualmente enriquecedoras, não obstante convirjam no fato já mencionado de que se esforçam por encontrarem, no tocante à pesquisa acadêmica, os melhores recursos para a realização das tarefas almejadas.

2. O método científico

A ciência tal como ela é entendida hoje não é, necessariamente, um traço de que a humanidade “evoluiu pouco” ou tem ainda “muito que evoluir”; muito pelo contrário, mostra justamente um passo em direção a resoluções de problemas práticos, por exemplo: o desenvolvimento de vacinas para doenças complexas e a otimização do tempo e do espaço graças a tecnologias avançadas. O que se critica, portanto, não é a ciência em si, mas o fato de que ela não é a “dona da verdade”, nem sempre, mas “dona de suas verdades”, apenas.

Essa ideia de que a ciência é a única capaz de propor verdades irrefutáveis, confiáveis, absolutas, tem uma grande relevância na Idade Moderna e tem seu “berço de ouro” no Humanismo, séculos XV e XVI. Posteriormente, continuada pelo Iluminismo dos séculos XVII e XVIII. Ciência, portanto, europeia, ocidental, elitizada. Esta ciência tem seus legados incontestáveis, mas não é “absoluta”.

Assim, sobre Descartes, filósofo, físico e matemático francês, nos orienta BOTTON, 2011, p. 91:

(...) Descartes introduziu a dúvida como critério para a investigação das condições de possibilidade do conhecimento; (...) ele deixa claro o limite de sua dúvida: a fixação de uma verdade primeira, neutra e imune à mera opinião. Esta verdade, traduzida no critério da clareza e distinção, tornou-se o alicerce incorruptível para as *regulae* que deveriam orientar tanto o entendimento comum quanto o método científico.

O método científico do chamado Estruturalismo tem origem em Platão, e no estudo da língua, como estrutura, tem destaque a partir de Saussure, século XX. Como estrutura, a língua é instituída por meio de “códigos” socialmente estabelecidos e previsíveis por seus usuários, algo que seria próximo do “conceito”. Manifestações individuais deste sistema chamado língua encontrar-se-iam sobretudo na “fala”, sempre criativa em cada enunciatário, algo que

estaria próximo do “método”, por ser a força criativa de cada pessoa que da língua se apropria. A língua seria uma “estrutura” acessível a todos, pelo menos abstrata, na prática, se daria sempre no “processo”; a fala pertence a cada um que faz uso de uma determinada língua, usando a estrutura (ou o processo contínuo de estruturação) dessa língua acessada.

O Estruturalismo pretende uma antecipação dos fenômenos determinados por conceitos formulados por meio da análise das partes seccionadas das estruturas das coisas. Onde está, pois, seu “desacordo” com os métodos decoloniais? Está justamente na delimitação “estrutural” (de forma estabilizante) do “sujeito” e do “objeto”. Do sujeito porque não se pode, para os estudos decoloniais, instituir alguém como superior ao que ele (ou a quem ele) pretende estudar, mas o Estruturalismo pressuporia, justamente, um “experto” na “estrutura” (idealizada). Do objeto porque nasce o conflito, também coisa do século XX, nos citados estudos decoloniais, de questionamentos como: o que seria redutível infalivelmente a conceitos puros?

Não se pode, por exemplo, para algumas culturas indígenas, separar o Homem da Natureza, como o faz o pensamento cartesiano (no intuito de exercer um suposto domínio sobre esta “Natureza”). Acredita-se que ambos são parte integrantes da mesma coisa: de um ciclo em que homem e mundo são partes constitutivas de um mesmo universo orgânico que se dependem mutuamente; como o homem depende da chuva que faz seu alimento desenvolver-se, como a flor precisa ser regada para não morrer.

Claro que filósofos como o alemão Theodor W. Adorno (1903 – 1969) não podem ser considerados partícipes dos movimentos decoloniais, para isso temos que citar mais adequadamente pensadores como Ottobah Cugoano (1757 – 1791) e, claro, mais pertencentes a terminologias como “decolonial”, Walter Dignolo e Anibal Quijano. Contudo, o próprio Adorno já esboçava esta desconfiança de um objeto rigidamente delimitado, como comenta BOTTON (2011, p. 96):

Adorno dirá que a revisão geral só seria possível se fosse estabelecido de antemão que o objeto a ser examinado é capaz de se entregar sem reservas ao exame dos conceitos, sem deixar nenhum resto que não possa ser antecipado a partir dos conceitos.

Como seria possível uma “revisão geral” de um objeto que sequer poderia ser definido de forma imutável, perfeita, infalível? Saussure tentou fazê-lo com a língua, propondo para ela uma “estrutura” previsível e seccionável, ou seja, pretendeu estudar a língua como “sistema”, a sua modalidade incontestável que se manifestaria por fragmentos de si em amostras nas falas de milhares dos seus usuários.

A partir desse posicionamento crítico é que as propostas decoloniais vão sendo tecidas. Ao meu ver, não para negar a ciência, mas para permitir outras formas de entendimento (e atuação) sobre o mundo que não sejam necessariamente ocidentais, como discute Marcio D’Oliveira Campos em seu texto *SURear, NORTEar y ORIENTar* (2015), através de cujas leituras podemos deduzir o seguinte: para onde leva se ao Norte a partir do lugar onde vivo, geograficamente mesmo, pode não ser o mesmo lugar para onde o que se entende por Norte, ao pé da letra, levaria outra pessoa que mora em um país de localização (e orientações geográficas) bem diferente. O Norte, pois, acaba sendo os países que estão acima do mapa *mundi*, ocidentalmente convencionalizado, além daquilo que estaria em direção perpendicular ao Sol fixado do lado direito de quem caminha linearmente. Algumas comunidades seguem o “Sol”, tendo-o como referência determinadas estrelas, que podem aparecer no Brasil, mas, em outros países, não necessariamente (ver Campos, 2015, p. 440). E, tendo astros como orientação, o “norte” pode ser o convencional ou não.

A ideia de “topos individual” (“el punto de vista topocêntrico”: CAMPOS, 2015, p. 438-439) é bastante válida, cada um pode ser o centro a partir do seu lugar no mundo e cada qual pode procurar por seu próprio “norte” (tentando parafrasear a tese de Campos). O “norte” de uma pessoa pode levá-la aos Estados Unidos, mas o “norte” de outra pode não ser o Norte dos mapas convencionais e pode ainda levá-la a lugares bem distintos do corriqueiro

(basta que pesquisemos na internet mapas não convencionais). Porém, é claro, no mundo dos cálculos, alguma convenção tem que ser feita: para se ter o GPS, por exemplo, para se ter um padrão social de busca etc. Porém, o mundo não é só o “mundo dos cálculos”, esta é uma das grandes questões em jogo. Em síntese, a “ciência” não tem que ser a “ciência ocidental”, a “geografia europeia”, a “história contada pelos portugueses” etc. A “ciência” pode vir a ser a “ciência de ancestrais africanos”, a “ciência espiritual do candomblé” e assim por diante. E, com base nessa nova perspectiva, é que vamos ver adiante como são as chamadas propostas metodológicas decoloniais para as pesquisas de âmbito acadêmico.

3. Historiografia-linguística e propostas decoloniais para o método científico

O objeto de estudo da Linguística é tudo aquilo que foi, de algum modo, transformado em língua, linguagem, ou só pode ser acessado através dela (s). O texto é o produto de uma “enunciação”. Tema complexo: em síntese, o “enunciado” é o produto final e *irrepetível* de uma troca de conhecimentos intersubjetivos realizados por interlocutores vários submetidos a condições externas (e também psicológicas) igualmente várias: o veículo do enunciado, o quando, o onde, etc. (este “onde” também chamado por algumas disciplinas de “locus de enunciação”). Ver *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1988), de Bakhtin.

Nem sempre temos as repostas absolutas, mas muitas perguntas, com o cuidado de que façamos, ao menos, as perguntas certas; e muitas destas perguntas são feitas fundamentadas em “conceituações convencionais”, sejam dos estudos linguísticos, historiográficos ou até mesmo políticos, antropológicos, sociológicos etc. E, dessa forma, mais perguntas vão sendo feitas em relação aos próprios conceitos até aqui, incipientemente, mencionados: se estudar o texto é recuperar todo o processo de enunciação nele contido, como esta “recuperação”, de um processo inédito, *irrepetível*,

seria feita? Qual a verdade contida num texto? O que é a “verdade”? Ou ele só é, sempre, a verdade de alguém ou daqueles que fizeram parte da sua enunciação?

O que foi, exatamente, enunciado? Quando? Por quem? Com quais propósitos? As repostas a essas perguntas serão dadas por outros textos? Enunciados esclarecem enunciados? Enunciados históricos esclarecem enunciados históricos? Um texto com a pretensão de veridicidade não se tornou fictício a partir do momento em que se transformou em palavras e se desprende daquilo a que se refere, daquilo que já passou, que já se desfizera no tempo e no espaço? Quais são as palavras, ou os enunciados, capazes de traduzir, fielmente, a “realidade” a outros falantes?

A palavra tem a sua própria realidade, em si, enquanto “significante” que remete a “significados externos” a ela, enquanto forma que se materializa ou graficamente, na escrita, ou acusticamente, na fala. A simetria entre a forma significante e aquilo a que ela se refere, ou seja, o “referente” (formando o “significado”), traduz-se em “signo” linguístico.

A realidade da palavra não é apenas a “sua realidade”? Qual seria a realidade da palavra além das realidades que ela tenta representar? Letras, grafemas, fonemas que vão além da própria materialização e reconduzem a memória, o raciocínio e os sentimentos em direção a algo que está fora dela (da palavra). No final das contas, não representam nada além de si mesmas, e as ideias singulares, na *psiqué* de cada um. Quanto à “realidade”? Ela existe fora das ideias? As ideias existem sem as palavras?

Que realidade o texto histórico representa? Apenas a realidade daquele que narra, entendida da forma daquele que narra? Como nos indica Suárez-Krabbe (2011, p. 191 – 193): “(...) la narratividad juega un papel importante en nuestras vidas en cuanto es la forma que tenemos de obtener un sentido del control del mundo”

A historiografia-linguística, enquanto disciplina, não pretende ser fiel à realidade, ou “controlar realidades”, ela é a montagem de um quebra-cabeça que, por meio de textos, irá formar uma imagem, real em si mesma, sem

pretender fidelidades a outras realidades. Cada indivíduo deve propor o que para ele será a “realidade”. Milani (2011, p. 18) nos diz o seguinte: “(...) como o discurso registra a versão compreendida por um único indivíduo, neutraliza a possibilidade de verdade absoluta. Assim sendo, ou o texto é ficção ou é teoria”.

Milani, que em dado momento de sua exposição didática sobre o método historiográfico a partir de Saussure e suas fontes, diz que o “método” é sempre “novo”, ou seja, os conceitos podem ser rígidos, e sua rigidez repousa justamente no fato de que são, predominantemente, socialmente estabelecidos e tudo que é social precisa ser rígido para ser contemplado por todos e não em função de um único indivíduo.

Mas, o “método” é a cisão que liberta, ou pode libertar, o indivíduo daquilo que é repetitivo e imposto e, portanto, não pode ser violentamente imposto como se todos os caminhos tivessem que ser iguais e não pudesse haver a possibilidade de criação de novas formas de se obter os mesmos ou melhores resultados.

A historiografia-linguística, para nossa surpresa, no que toca ao “método”, pode, então, ser “libertadora”, embora continue, fundamentalmente, estruturalista, rígida, na concepção do “objeto”: Milani, mencionando Saussure: “(...) não pode existir ciência sem objeto de estudo. (...) A sua terminologia fazia com que o estudioso conseguisse um certo distanciamento do objeto (...)” (MILANI, 2011, p. 37 e 38).

Não pode haver ciência sem um “objeto”, considerando aqui uma postura mais “estruturalista”. Mas, quem determina o que será o “sujeito” e o que será a coisa que precisa da intermediação de um sujeito a tornar-se “objeto”? E quais são os “métodos” para isso? Como pode haver objeto claro se os métodos foram declarados como sempre “novos”? São questões, às vezes, perturbadoras da alma científica, e estas questões podem ser “objetos” também da Antropologia ou da Filosofia, claro, mas são agora nosso objeto como humanos e ele nos leva a refletir sobre nossa própria constituição como sujeitos que criamos objetos que nos fazem estes sujeitos; aqui, neste

escrever, neste ler, para que, como sujeitos, sejamos alguém no mundo acadêmico, e no mundo civilizado.

É interessante observar, a partir do momento em que consideramos as metodologias decoloniais, que se pautam para o “diálogo”, para a “dialética”, para o “movimento”, para a “construção coletiva do objeto”, para as “metodologias dialogais” que, em certo ponto, a historiografia reconhece a ficcionalidade de todas as narrativas, já que tudo que virou texto, “realista” ou “ficcional”, já se desprende da realidade e tem apenas a realidade de si mesmo (a do texto) e a interpretação de cada um que o lê (que o rescreve, que o “reestrutura”); e, tendo essa ficcionalidade reconhecida, assim como a “opressora previsibilidade” de tudo que é “social” e a “libertabilidade” de tudo que é “individual” (criativo), propõe uma metodologia “mais criativa”; vejamos uma citação neste sentido, ainda de Milani (2011, p. 29 e 30):

A individualidade historiográfica linguística faz com que o ser humano tenha um ponto de vista único sobre a natureza, as coisas, as instituições etc., que resulta num método irrepetível de fazer as coisas. Esse método apresenta, com os conceitos a que se liga, a mesma relação que o discurso tem com a língua e que a criatividade tem com o conhecimento. (...) Logo, enquanto os conceitos são sempre continuidade para a sociedade e opressão para o indivíduo, o método é sempre a forma de ruptura e seu mecanismo de libertação (...).

A historiografia-linguística ora se aproxima da quebra de paradigmas proposta pelos estudos decoloniais, sobretudo quando se trata de discutir os métodos, ora se ancora no estruturalismo a partir do momento em que tenta prever em tudo uma estrutura rígida e seccionar, de um lado, o sujeito “perito”, do outro, o objeto incapaz de se resolver ou se esclarecer para o mundo sem a iluminação de um sujeito. O estruturalismo não é o mal da ciência, pelo contrário, ele permite análises objetivas e esclarecedoras inclusive sobre a língua, sobre seu funcionamento, o que tem implicações práticas, como no ensino e aprendizado de línguas estrangeiras por meio da repetição e apropriação de sintagmas estruturados. A questão é: todo objeto pode ser seccionado e ter-se-á partes claramente definidas e estáveis?

As metodologias decoloniais, por sua vez, são metodologias “anti-estruturalistas”, “anti-humanistas”, isso significa dizer: a contrapelo do

cientificismo do período conhecido como Humanismo, sem ser, necessariamente, “contra a condição humana”. Sabemos que o Humanismo foi o período ocidental que coisificou o indivíduo em detrimento dos interesses coletivos em nome da ciência, do progresso, da “evolução” da sociedade que preconizava industrializar tudo, urbanizar tudo etc.

As metodologias decoloniais anti-estruturalistas propõem uma desconstrução da epistemologia ocidental que acredita que em tudo há uma estrutura rígida que pode ser segmentada em partes decomponíveis e analisáveis, que se enquadrem em padrões pré-determinados. Mas, nem tudo pode ser tão deduzível, pertencer a “rótulos” precisos. A mente humana não pode ser segmentada com perfeição, nem as paixões, nem os mitos etc., com a exatidão que quer propor um positivismo meramente reducionista. É contra esta lógica predominantemente ocidental, cartesiana, europeia, imperialista, cientificista que as propostas decoloniais se posicionam e nos propõem “desaprender” para “aprender”. Não pretendo questionar os méritos da ciência legada por toda monstruosa enciclopédia importada e herdada do núcleo europeu e de outros impérios culturais (que nos influencia, que consumimos e que nos é bastante válida), mas também não podemos reduzir tudo a critérios imutáveis, que é o que parece querer propor isto a que sempre denominamos “ciência”.

Vejamos as seguintes citações: “(...) é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos”: QUIJANO (2005, p. 270); WALSH, (2009, p. 35): “Para Fanon, a descolonização é uma forma de (des) aprendizagem: desaprender tudo que foi imposto e assumido pela colonização e desumanização para reaprender a ser homens e mulheres”.

Quando falo de descolonização, não falo de um único autor ou época. Os estudos decoloniais são de história vasta, de autores vários que a discutem, Walter Mignolo, Anibal Quijano, Catherine Walsh, Marcio D’Oliveira Campos, dentre outros, incluindo aqueles que tratam da chamada “ferida colonial” ainda

que indiretamente (incontáveis: na Literatura e na Academia). Não tenho a pretensão de falar de todos e de toda a rica origem deste pensamento ainda embrionário, mas divisor.

Os estudos metodológicos decoloniais não seguem uma escola definida. Parte-se da supracitada “ferida colonial”, da disposição em mudar os paradigmas de viés *imposicionista*. Estes estudos têm um princípio de metodologia que pensa na quebra de modelos pré-fabricados para ir-se organizando o que se deve e como se deve fazer algo na caminhada, em direção àquilo que se almeja (parece trivial).

Quando a pesquisa é resultado de estudos culturais, durante seu processo é preciso lidar com culturas diferentes; os métodos, para que se alcance quaisquer resultados, fazem-se no processo, na “caminhada”. Um método rigidamente fixado *a priori* pode nos dar um “norte” idealizado, mas a execução da tarefa pode nos levar para o “sul”, o que decepcionaria a muitos ortodoxos. A crítica, portanto, não está na busca, mas na predeterminação de caminhos que não precisam ser “únicos” e o destino sequer precisa ser o “previsto”. A busca sempre existirá (e deve existir!), segundo a minha interpretação das críticas mencionadas sobre as metodologias consideradas impostas, mas tanto o caminho de que se ocupa o que busca algo pode mudar quanto aquilo que ele buscava.

La metodología que he defendido aquí es una metodología de la proximidad y el objetivo de mi trabajo no es producir una monografía, es contribuir a la descolonización del conocimiento. (...) he enfatizado que no es posible emplear un método de investigación determinado a priori. (SUÁREZ-KRABBE, 2011, p. 201).

O estruturalismo supõe um “distanciamento” do eleito como “sujeito” daquilo que foi definido como “objeto”, mas quando se diz “metodologia de aproximação”, por exemplo, proposta por Krabbe (2011), a autora sugere que: para que se alcance as respostas pretendidas, para que se analise o objeto “provisoriamente” definido, sobretudo no que diz respeito aos “estudos sociais” e da convencional “Ciências Humanas”, deve-se levar em conta que o método

não tem que ser “exato” uma vez que, em termos de relações sociais, o objeto não é necessariamente “universal”, mas, como propõe Quijano (2005) “pluriversal”. A priori, os “estudos exatos” é que podem propor metodologias (mais) “exatas”.

Propõe-se, portanto, aos estudos das chamadas Ciências Humanas, uma *metodologia de aproximação* que considere os saberes e conhecimentos locais, mediados na interação com outras culturas: na experiência, no contato, no trabalho de campo, na primeira pessoa do plural, não na terceira pessoa, “distante”. O objetivo é sempre buscar novos protagonismos, sem deter-se em padrões pré-estabelecidos que cerceassem esse processo de “descoberta” – tanto de novos conhecimentos, mesmo que por métodos antigos, quanto de novos métodos para se chegar a velhos ou novos conhecimentos.

Faço um questionamento em virtude do contato com as propostas decoloniais para o *fazer ciência*, promover cultura, desenvolvimento social, etc.: qual nosso papel efetivo enquanto pesquisadores? Seria o *conhecimento pelo conhecimento*? Posto em outros termos: o conhecimento só existe para o próprio proveito do indivíduo profissional da arte de explicar (como diria o professor e filósofo Clóvis de Barros Filho, um “explicador”)? Criamos os problemas para eles nos criarem como investigadores? Ou, não tratamos os problemas de forma efetiva a direcionar as incipientes soluções para resoluções de problemas reais no mundo, do nosso mundo e de outros “mundos”?

Como se diz de Saussure (MILANI, 2011, p. 55): “(...) o universo científico de Saussure estava composto por uma evidente necessidade de ser prático e de responder às dificuldades da sociedade”. Nisso, Saussure já aspirava à tendência do século XX em se libertar, ainda que em partes, de protocolos meramente formais, para se projetar a *problemas reais*.

Claro que Saussure não tinha o engajamento político que muitos estudiosos da decolonialidade tinham e ainda possuem (ou pretendem ter, além do engajamento acadêmico), como vemos também em MARTÍN; MADROÑAL, 2016, p. 265: “(...) (se) enfrenta a ideia dominante no meio

acadêmico dos EUA de que o trabalho acadêmico tem que ser exclusivamente para a produção de conhecimento acadêmico e não deve sujar-se com a política”.

Mas, a “ciência” por ele (Saussure) praticada, esta do início do século XX, já mostrava esse desconforto com uma “ciência pela ciência” (criando aqui uma expressão enfática, desde séculos passados). O século XX, vale lembrar, é historicamente conhecido por esse espírito de engajamento, como é possível perceber na Literatura Realista e Naturalista que “denunciava” (a seu modo) mazelas sociais como o descaso de governantes frente a necessidades essenciais tais como água potável e condições primárias de trabalho – contextos desumanos de sobrevivência no sertão brasileiro; estas narrativas estão presentes em romances da época como *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos e *O Quinze*, de Rachel de Queiroz.

Fica claro, ao longo do supracitado texto de Haber (o último texto que uso como ponto de partida para as minhas pressuposições neste artigo-ensaio) que o tratamento indisciplinado proposto não é direcionado a um objeto que não seja o “social”, sobretudo o indivíduo constituído socialmente, propondo uma metodologia que não precisa, necessariamente, seguir padrões pré-estabelecidos.

E, ainda, não se pode ignorar o fato de que “indisciplinar” as metodologias não significaria o delírio “falta de comprometimento com o estudo proposto”. Haber propõe “metodologias” construídas na “situacionalidade” (2011, p. 1), o que significa dizer que não há respostas prontas, caminhos prontos, resultados prontos; mas, há um comprometimento com o objeto de estudo de modo a se programar para “descobertas” muito mais que para respostas já prontas, dadas, acabadas e repassadas, que sirvam a interesses hegemônicos definidos, de ordem política, econômica, religiosa etc.

Sobre o tema do papel das instituições, ao longo do texto de Haber, gostaria de fazer mais alguns questionamentos sobre nossa condição de sujeitos institucionalizados: somos institucionalizados e institucionalizantes e nessa condição discutimos a institucionalização? Em que outra condição

discutiríamos nossa própria condição? Não seríamos mortais discutindo nossa mortalidade com a pretensão de sermos onipotentes? Ou o paradoxo se resolveria a partir do instante em que já não se trataria de paradoxo nenhum, mas da crítica a uma condição institucional que se volta para si e não para os reais problemas do mundo ou problemas mais reais que os do mundo institucionalizado: muitas vezes forjado, pré-concebido, pronto, dado, previsível, regulador, hegemônico etc.?

Não se trata, pois, na minha interpretação de Haber, assim como das propostas metodológicas decoloniais de outros autores, de um simples “barco à deriva”, mas de um “barco livre para mudar sua rota” e chegar a respostas inesperadas, a problemas que deixaram de sê-lo e a problemas que passaram a sê-lo; sem preocupações com enquadramentos formais, esperados pelos acadêmicos mais “conservadores”, mas com igual esmero de qualquer cientista engajado.

Trata-se de um desnudar-se para se vestir: indisciplinar-se para compreender que não existe uma única “disciplina”. Como nos apresenta Bourdieu (1975) em suas teses sociológicas que tento parafrasear aqui do seguinte modo: há disciplinas que se posicionam apenas para a manutenção do poder àqueles que as assimilam mais rapidamente; quando isso acontece, e sempre acontece, não há nenhuma preocupação com a difusão do saber ou de saberes a partir de (e para) necessidades reais (individuais ou coletivas). Neste sentido, HABER, 2011, p. 11, afirma o seguinte: “Recibimos premios y castigos según nos acercamos o alejamos de la verdadera fe, pero aún más importante es que vamos comenzando a ser sus agentes institucionalmente sancionados”.

Indisciplinar a disciplina não é, necessariamente, acabar com a escola ou a Universidade, mas entender que o conhecimento é produzido no diálogo, no caminho, na prática (tudo que pretende ser absoluto esconde-se atrás do medo de perder posições confortáveis), nas relações reais entre pessoas de verdade, e não apenas por meio de arquétipos e protocolos dados que negam o outro, que não o levam em conta – seus princípios, seus saberes, suas singularidades (HABER, 2011, p. 17):

Metodología disciplinada es seguir la secuencia protocolizada de acciones para alcanzar un conocimiento, trazar el camino que se ha de seguir. Nometodología es seguir todas aquellas posibilidades que el camino olvida (...) Las cisuras operadas en el mundo se vuelven inmanentes a la subjetividad mediante las tecnologías pedagógicas del estado (catecismo, escolaridad, institucionalización... (...) Linealidad vectorial del tiempo, alteridad cultural como diferencia, autonomía de la materia, distanciamiento del pasado (...) privilegio de la razón (...) separación entre relaciones de conocimiento y relaciones sociales.

Em todos os textos que, inicialmente, chamei de decoloniais, já esboçando minhas sínteses, há muito mais acordos que contradições. No texto de Milani, sobre historiografia-linguística, foi possível perceber que há pontos de ruptura das metodologias do século XX com as metodologias do passado. Enquanto a ideia de Língua se aproxima do que é sempre imposto, apesar da Língua não poder ser considerada uma “instituição reguladora”, já que ela não se enquadra aos critérios de especificidade local e temporal das instituições, as quais pertencem e servem a grupos e seus interesses específicos, não obstante a língua se manifesta em “todo ser humano” e em “todos os tempos” e “espaços” (conquanto tentam *reificá-la* para que igualmente se torne instrumento específico de promoção de poder e, somente neste sentido, é que se aproxima do que se impõe aos outros); isso já afirmava Saussure parafraseado por seus alunos no livro por eles organizado, o “Curso de Linguística Geral”. Por isso eu disse “se aproxima”, e o método se aproximaria daquilo que é mais “individual” e está relacionado à “criatividade de cada singularidade”, e também próximo da ideia de “fala”, a “manifestação individual da língua social”, como bem nos explica Milani no seu texto em questão, dando suas interpretações dos textos considerados de Saussure e suas fontes, sobretudo William Dwight Whitney e Alexander Von Humboldt.

4. Considerações finais

Sem querer fazer o que eu chamaria de “ligar o botão de autodestruição”, negando a efetividade da cultura tradicional que nos formou e ainda nos (re)forma, para enfatizar mais uma vez a proposta de “manter-se conectado ao processo ininterrupto de evolução ou mudança epistemológica”, proponho mais uma citação: (MARTÍN; MADROÑAL, 2016, p. 266): “(...) Por que não usar os conceitos latino-americanos, africanos e asiáticos do mundo, de sociedade, de grupos sociais, de processos sociais (...)?”.

Não podemos, portanto, nos encerrar em uma redoma do “conhecimento absoluto”, visto que o conhecimento se constrói; não se doa ou se vende, nem se pode dele se apropriar à força tanto quanto não se pode impô-lo com uso da “pedagogia da violência”; na perspectiva aqui argumentada ao longo de todo este artigo, o conhecimento se “faz junto”, é produto de um conjunto de pessoas que passaram de indivíduos (naturalmente concebidos das entranhas da Terra) para sujeitos (socialmente forjados, formados, preparados para o mundo material); conhecimento constituído no fulcro do diálogo, no campo tenso da discussão, do conflito, do debate, da discordância, assim como da empatia, da tolerância, do compartilhamento de impressões objetivas e subjetivas, do “fazer junto”, para o bem comum, mas também para o bem do sujeito (que antes de sê-lo fora indivíduo), para o mundo fora de si, superando-se o próprio mundo que já não é mais tão peculiar (*idem, ibidem*, p. 275): “As contradições são inerentes a qualquer processo de investigação comprometida (...) contexto de debate (conversa, diríamos) que facilitaria a unidade de ação”. Enfim, o argumento aqui é sobre um conhecimento apurado na possibilidade de mudança, ainda que aquela forma de pensar engessada também seja, na sua infraestrutura, “social”.

Toda esta discussão pode ser encontrada nos supracitados Martín e Madroñal, no texto “Antropologia Comprometida”, cuja citação seguinte, além das que já foram feitas, é apenas um dos inumeráveis exemplos que nos provocam a pensar nossa condição de “peritos”: o perito o é para quê, para quem e o é “sempre”? Ele está sempre pronto, nunca há nele a necessidade de renovar (se)? MARTÍN; MADROÑAL, 2016, p. 264 – 265:

“(...) defendemos que as culturas não constituem algo predefinido mas, sim, algo que se ‘faz’ ao agirmos como humanos (...) de acordo com a ação específica das nossas próprias culturas” “(...) série de transformações: (...) passagem do observador objetivo para o observador participante (...) criação de espaços para o diálogo (...) intercâmbios culturais (...)”

Não quero fazer destas reflexões, por fim, elucubrações teóricas que apenas serviriam a interesses de uma “ciência pela ciência” (termo que quis “sugerir” ao longo desta exposição), pelo contrário, eu tive a oportunidade de me desconstruir como acadêmico e como professor e sou meu primeiro resultado desta reflexão. O norte não precisa ser o Norte, mas eu posso projetar o foco das minhas fontes de conhecimento, cultura, saberes morais, éticos, etc., a outros horizontes. E, às vezes, sem mesmo perceber, um horizonte que não está tão distante, atrás do écran da televisão que fabrica tantos factoides ou estampado em uma nota de cem dólares; esse horizonte pode estar bem perto de nós, na “oralidade” (por exemplo), a que Saussure tanto defendeu como a “verdadeira língua”, uma vez que a língua escrita tem, sim, seus louros, mas não veio primeiro. Enfim, na oralidade dos caiapós do Xingu, para citar um exemplo desta modalidade da língua/linguagem, na qual pode haver muita sabedoria, como menciona PINAGÉ, 2003, p. 3, nas palavras de Kenko Minami, que, na introdução do livro em questão, diz que a sabedoria dos índios caiapós é capaz até de instruir nossos caminhos: “(...) *the Caiapó wisdom indicates us like a light stream the way we should follow*”. Podemos, também, mencionar a cultura dos Karajá, nas margens do Araguaia, ou mesmo de outras tribos que habitavam os ermos do bioma ameaçado do Cerrado, onde encontramos espécies ameaçadas de extinção, como os Buritis que atingem a fase adulta depois de quinhentos anos, ou as flores canelas-de-ema que a atingem só após mil anos plantadas.

Minha condição social de professor, acadêmico, aluno, estudioso, leitor, ser humano, enfim, passou por uma experiência que talvez não tivesse sido prevista nas metodologias *a priori*; pois foi única, não se repetirá, como cada

situação singular de fala; mas, criou bases sólidas, para novas perspectivas sobre o trabalho acadêmico, e, me permitiu dialogar com “outros mundos”; algo valioso, já que nos faz perceber que *o conhecimento nunca acaba e o mundo é sempre maior do que nós*.

Esta foi uma “discussão” em níveis embrionários. A metodologia científica é amplamente questionada no âmbito acadêmico, assim como dela fazemos uso indispensável para o desenvolvimento de nossas pesquisas, trabalhos escritos ou demonstrações de resultados práticos. Metodologia esta que tanto inquieta a alma de estudantes acadêmicos que fazem perguntas como: o que eu vou estudar? Para que mesmo? Como vou alcançar quais resultados?

Termino dizendo que os estudos decoloniais propõem, em termos de metodologia científica, métodos construídos no “diálogo”. Vimos, até aqui, que ora a historiografia-linguística, pensando (inevitavelmente) em Saussure como ponto de partida da “discussão”, é essencialmente estruturalista, mesmo pensando na diversidade do caráter de uma língua, e tenta delimitar um objeto “exato” e “distante” do “sujeito” que o delimitou, ora apresenta estes “pontos de ruptura” (propondo metodologias que se renovem).

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOTTON, Alexandre Mariotto. *Notas sobre o ensaio em Theodor W. Adorno*. Graphos. João Pessoa, Vol 13, N. 1, Jun./2011. P. 89 – 98.

CAMPOS, Mario D'Oliveira. **SURear, NORTEar, ORIENTar: puntos de vista desde los hemisferios, la hegemonía y los indígenas.** In: LEYVA, Xochitl et al. *Prácticas otras de conocimiento(s). Entre crisis, entre guerras (Tomo II)*, Cooperativa Editorial Retos, San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México, 2015.

HABER, Alejandro. **Nometodología Payanesa: Notas de metodología indisciplinada.** *Revista Chilena de Antropología*, Santiago, N° 23, 1^{er} Semestre, 2011, p. 09-49, 2011.

MARTÍN, Juan Carlos Gimeno; MADROÑAL, Angeles Castaño. **Antropologia comprometida, Antropologia de orientação pública e descolonialidade: desafios etnográficos e descolonização das metodologias.** OPSIS, Catalão-GO, v. 16, nº 2, p. 262-279, jul./dez. 2016.

MIGNOLO, W. *La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso.* Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.8: 243-281, enero-junio 2008.

MIGNOLO, W. *El problema del siglo XXI es el de la línea epistémica.* 816-841.

MILANI, Sebastião Elias. *Historiografia – Linguística de Saussure.* Kelps, 2011.

O ensaio como forma. Disponível em:

<https://grupocriticaedialetica.files.wordpress.com/2015/07/adorno-o-ensaio-como-forma.pdf> > Acesso em: 10 jul. 2018.

1.

2. PINAGÉ, P. **Caiapó Metutire.** São Paulo: Dialetto Latin American Documentary, 2003.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SUÁREZ-KRABBE, Julia. *En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales*. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.14: 183-204, enero-junio 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro, 2005.

VIANA, Cynthia Maria Jorge. *A tessitura do ensaio em Theodor W. Adorno* [manuscrito] / Cynthia Maria Jorge Viana. – 2015

WALSH, Catherine. **Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, resurgir e re-viver**. In: **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. In. CADAU, Vera Maria (org.) *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.12-42.